

A REVOLUÇÃO CUBANA, A DEPENDÊNCIA LATINO AMERICANA E A RUPTURA COM A SOBERANIA RESTRINGIDA¹

José Raimundo Barreto Trindade²

RESUMO: Este artigo se orienta pela seguinte questão: como podemos interpretar a revolução cubana no contexto da teoria da dependência e como aquele experimento revolucionário nos ajuda a entender os limites e contradições da soberania nacional restringida das nações latino-americanas. Para dar conta da análise e exposição faz-se uso da Teoria Marxista da Dependência (TMD), que será brevemente exposta e tratada desde a lógica das formas históricas de dependência que se impuseram na América Latina e muito especificamente sobre Cuba; no momento seguinte analisa-se a relação entre dependência e soberania nacional, definida desde quatro componentes centrais: tecnologia, financeira, geopolítica e condições de reprodução da vida do trabalhador; na seção final trata-se o debate da relação entre a Revolução Cubana e a ruptura com as formas de dependência e soberania restringida.

Palavras Chave: Cuba; Revolução Cubana; Soberania Nacional.

THE CUBAN REVOLUTION, LATIN AMERICAN DEPENDENCE AND THE RUPTURE WITH RESTRICTED SOVEREIGNTY

ABSTRACT: This article is guided by the following question: how can we interpret the Cuban revolution in the context of dependency theory and how that revolutionary experiment helps us understand the limits and contradictions of the restricted national sovereignty of Latin American nations. To account for the analysis and exposition, the Marxist Theory of Dependence (TMD) is used, which will be briefly exposed and treated from the logic of the historical forms of dependence that have been imposed in Latin America and very specifically on Cuba; in the following moment, the relationship between dependence and national sovereignty is analyzed, defined by four central components: technology, finance, geopolitics and conditions of reproduction of the worker's life; the final section deals with the debate on the relationship between the Cuban Revolution and the break with forms of dependence and restricted sovereignty.

Keywords: Cuba; Cuban Revolution; National Sovereignty.

¹ Este artigo foi parcialmente elaborado para ser apresentado no "Seminário 60 anos da Revolução Cubana", organizado pela Universidade Federal do Pará em 2019.

² Professor Associado III, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Economia da UFPA (PPGE/UFPA). Coordenador do Observatório Paraense do Mercado de Trabalho (OPAMET). jrtrindade@ufpa.br.

“A América Latina nascia como um só espaço na imaginação e na esperança de Simón Bolívar, José Artigas e José de San Martín, mas estava de antemão repartida pelas deformações básicas do sistema colonial” (Eduardo Galeano, 2010 [1970], p. 343)

1. INTRODUÇÃO

Há aproximadamente 65 anos, em janeiro de 1959, um movimento formado em grande parte por jovens revolucionários cubanos ensejava um dos maiores feitos históricos na América Latina. A libertação de Cuba do jugo opressor estadunidense foi um feito comemorado em todo planeta, seja pelo inusitado de, em pleno “quintal” da maior potência imperialista forjada pelo capitalismo do século XX, se estabelecer um projeto que se opôs ao colonialismo; seja, por conta de que a experiência pós-revolucionária que se construiu se mostrou autônoma a qualquer outro interesse internacional, ensejando uma perspectiva libertária pouco vista em outros episódios, particularmente depois das grandes experiências revolucionárias do século XX (russa e chinesa).

Pode-se afirmar que, de certo modo, a Revolução Cubana cumpriu e ainda cumpre, mesmo com diversos problemas, um deslumbramento histórico de um dos primeiros marxistas latino-americanos, que pela argúcia e enorme senso de realidade concebia a construção de um projeto socialista propriamente latino-americano como uma “criação heroica”³, me refiro a José Mariátegui, que num texto ainda dos anos 1930 exorta que o socialismo na América Latina **não poderia ser cópia de qualquer outro experimento histórico**, sendo, muito provavelmente resultado de uma inusitada capacidade organizacional social e “heroico” pelo grau de resistência ao Imperialismo estadunidense.

Em uma época de retrocessos sociais e grandes incertezas em grande parte da América Latina, especialmente num momento em que o retrocesso histórico parece se impor como uma sombra irracional sobre o Brasil, retornar criticamente a experiência revolucionária cubana nos parece um formidável convite a se discutir o futuro do continente⁴. Porém, a experiência cubana se torna mais formidável para

³ José Carlos Mariátegui. Por um socialismo indo-americano (seleção e introdução Michael Lowy). Rio de Janeiro: Editora UFRj, 2011.

⁴ Este artigo foi escrito ao longo de 2019 e preparado para publicação em 2021 e, efetivamente, publicado em junho de 2022, portanto ainda não temos um quadro claro e objetivo do desenrolar da situação brasileira, sendo que a conjuntura se apresenta muito confusa e com a possibilidade real de

além da sua origem e da rebeldia das suas direções, torna-se um caso de estudo peculiar ao suportar um estúpido bloqueio continental que já teria quebrado qualquer outra nação e já dura mais de 60 anos.

O que fez Cuba e sua Revolução tão distinto; o que torna o povo cubano tão senhor do seu próprio destino e como essa sociedade tem suportado a lógica econômica do capitalismo imperialista, muito fortemente no atual momento neoliberal; e, como mesmo frente ao fim do socialismo real soviético, manteve a perspectiva socialista. Entretanto, deve-se perguntar também sobre os limites possíveis desta resistência. Após 60 anos a revolução cubana mantém muito da sua atração, sendo que a interação e modificações sociais e econômicas ocorridas se revestem de muitos elementos que valem ser analisados.

Um primeiro aspecto importante a ser visualizado refere-se às condições de ruptura das formações periféricas em relação aos centros capitalistas, a chamada condição de dependência. Como demonstrou o professor Pericás (2018) a experiência do planejamento em Cuba, enquanto condição para produção de excedentes econômicos necessários que superasse o atraso colonial requereu um gigantesco movimento de formação técnica e social, sendo que, vale lembrar, a participação cooperativa da antiga URSS foi de fato imprescindível; porém, Tablada (2017) nos lembra de que não haverá socialismo “se a economia não se submeter a uma ética, desde suas raízes, diferente da ética capitalista”. A experiência cubana assume notório interesse por essa interação entre a dinâmica técnica do planejamento, no estilo soviético, e a urdidura ética que a experiência concreta estabeleceu.

O artigo que apresentamos se guia pela seguinte questão: como podemos interpretar a revolução cubana no contexto da teoria da dependência e como aquele experimento revolucionário nos ajuda a entender os limites e contradições da soberania nacional restringida das nações latino-americanas.

Para dar conta da análise e exposição fazemos uso da Teoria Marxista da Dependência, que será brevemente exposta e tratada desde a lógica das formas históricas de dependência que se impuseram na América Latina e muito especificamente sobre Cuba; no momento seguinte analisamos a relação entre dependência e soberania nacional, definida desde quatro componentes centrais

um aprofundamento do golpe de Estado ocorrido em 2016, o que levaria a um mais sombrio desenvolvimento da realidade brasileira e o agravamento do quadro de perda de soberania nacional.

(tecnologia, financeira, geopolítica e condições de reprodução da vida do trabalhador); na quarta parte introduzimos o debate da relação entre a Revolução Cubana e a ruptura com as formas de dependência e soberania restringida, por fim apresentamos as considerações finais.

2. AS FORMAS HISTÓRICAS DA DEPENDÊNCIA E A SOBERANIA RESTRINGIDA

A Teoria da Dependência Marxista (TDM) surgiu em meados da década de 1960⁵, em parte como uma reação ao aparente fracasso da análise e das propostas dos desenvolvimentistas e em grande medida como tentativa de explicar as novas características do desenvolvimento socioeconômico da região. Como notaram diversos autores (TABLADA, 2017; FURTADO, 2007; PERICÁS, 2018; SEGRERA, 2010) a revolução cubana foi um dos componentes históricos que influenciou e foi influenciada pela Teoria da Dependência Marxista (TDM), seja na crítica aos aspectos somente reformistas do estruturalismo cepalino, seja pelas condições de enfretamento ao poder imperial estadunidense.

Os teóricos da dependência argumentam que a estratégia de industrialização baseada na substituição das importações é incapaz de produzir efeitos de ruptura com o subdesenvolvimento, pois ele seria antes de tudo uma consequência e parte do processo de expansão mundial do capitalismo (SANTOS, 1970, 2011; GILPIN, 2002; KAY, 1989). O subdesenvolvimento é uma decorrência da própria lógica de desenvolvimento desigual do capitalismo, sendo que o processo de industrialização não equaciona as condições estruturais de subordinação e limitações da soberania das diferentes nações dependentes.

A relação de interdependência entre ou vários países e o sistema capitalista mundial torna-se uma relação de dependência a partir do momento em que algumas nações podem expandir-se por conta própria, enquanto outras, estando numa situação de dependência, só o podem fazê-lo limitadamente, em parte como reflexo da expansão dos países centrais (ALMEIDA FILHO, 2005).

⁵ As chamadas teorias da dependência são formuladas entre os anos de 1964 e 1973, e mantém sua influência até fins dos 1970, quando se consolida no meio acadêmico latino-americano, com o apoio dos Estados Unidos, a liderança do pensamento liberal-conservador do processo de redemocratização da América Latina (MARTINS, 2011).

Em termos teóricos, a TD constitui uma tentativa de entender a reprodução do sistema capitalista na periferia, enquanto um modo de produção que cria e amplia diferenciações em termos políticos, econômicos e sociais entre países e regiões, a partir do processo de desenvolvimento desigual e combinado. Esta teoria aparece, portanto, como uma crítica à tradicional *visão do subdesenvolvimento como uma ausência de desenvolvimento* ou teoria da modernização, que argumentava que o atraso dos países subdesenvolvidos era explicado pelos obstáculos que neles existiam a seu pleno desenvolvimento ou modernização (AMARAL, 2012)⁶.

Diferente do desenvolvimentismo, a TD não condiciona subdesenvolvimento e desenvolvimento como etapas de um processo evolutivo, e sim como realidades que, ainda que estruturalmente vinculadas, são distintas e contrapostas, e por isso se fez necessário superar a compreensão de subdesenvolvimento enquanto uma situação de desenvolvimento pré-industrial. Dito isso, o subdesenvolvimento passa a ser compreendido como produto do desenvolvimento capitalista mundial, sendo por este motivo, uma forma específica de capitalismo (DUARTE; GRACIOLLI, 2007).

Apesar da teoria do desenvolvimento capitalista admitir a existência de uma dependência externa, ela é incapaz de perceber o desenvolvimento da maneira como a teoria da dependência o compreende, como consequência e como parte do processo de expansão global do capitalismo – parte necessária e intrinsecamente vinculada a esse processo.

A partir da análise do processo de constituição de uma economia global formada pela interação de economias nacionais em um mercado mundial nota-se que as relações produzidas por esse mercado são desiguais e combinadas – desiguais porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre em detrimento de outras partes- uma vez que as relações comerciais baseiam-se no controle monopólico do mercado, que acarreta á transferência do excedente gerado nos países dependentes para os países dominantes. As relações financeiras, sob a ótica das economias centrais, baseiam-se em empréstimos e na exportação de capital, o que lhes permite

⁶ As teses de convergência estão principalmente vinculadas a chamada teoria da modernização de Rostow, segundo o qual o caminho para o desenvolvimento era universal, seguindo sucessivas fases. Como observa Martins (2011, p. 224) “a pretensão formulada pela teoria da modernização de um mesmo caminho de desenvolvimento para as diversas sociedades nacionais revela-se absurda”. Entretanto o “etapismo” de Rostow terá profunda influência sobre o pensamento econômico latino-americano e, principalmente, sobre as ações “desenvolvimentistas” dos governos militares da década de 1970.

receber juros e lucros, aumentando dessa forma, seu excedente doméstico e fortalecendo seu controle sobre as economias dos outros países.

A teoria da dependência⁷ conforma uma construção interativa entre a dinâmica estrutural do capitalismo em expansão global, centrado em formações econômicas, sociais e territoriais que produzem e alimentam a acumulação concentrada e centralizada de riqueza, sendo que parcela dessas formações tem dinâmica tecnológica e de expansão da produtividade nos setores de bens de produção de máquinas e equipamentos parcialmente subordinadas na economia mundial.

Neste sentido, para o enfoque da dependência o desenvolvimento do capitalismo estabeleceu uma ordem internacional de divisão das relações produtivas hierarquizada entre as nações e que estabelece padrões de desenvolvimento nacionais distintos, inclusive, e principalmente, definindo condicionalidades financeiras e de ocupação de espaços no mercado internacional distintos entre as nações do núcleo central capitalista e as nações periféricas e semiperiféricas do sistema (SANTOS, 1999; 2011; MARINI, 2005; MARTINS, 2011).

Para os países dependentes, tais relações representam uma exportação de lucros e juros que leva junto parte do excedente gerado domesticamente e conduz a uma perda do controle sobre seus próprios recursos produtivos. Assim, para que essas relações desvantajosas sejam permitidas, os países dependentes têm de gerar grandes excedentes, não através da criação de tecnologias de nível mais elevado, mas pela superexploração da força de trabalho. Isto resulta em limitação do desenvolvimento de seu mercado interno e de sua capacidade técnica e cultural, bem como da saúde moral e física da população. Este fenômeno denomina-se desenvolvimento combinado, uma vez que é a combinação das desigualdades e a transferência de recursos dos setores mais atrasados e dependentes aos mais avançados e dominantes, o que explica e acentua a desigualdade, e a transforma em um elemento necessário e estrutural da economia global.

⁷ Vale observar que as teorias da dependência apresentam dois escopos metodológicos distintos: a matriz marxista, centrada na reinterpretação da formação social latino-americana e na crítica radical aos limites do desenvolvimentismo, seus principais autores foram Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Orlando Caputo. A segunda matriz foi de influência weberiana, partindo das teses cepalinas, seus principais autores foram Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Para uma ampla e cuidadosa revisão conferir Martins (2011); para breve análise crítica em relação ao “aporte da dependência”, ver Almeida Filho (2005), conferir ainda: Cardoso (1993) e Santos (1999; 2011).

Os países latino-americanos relacionam-se com os centros capitalistas por meio de uma estrutura estabelecida a partir de uma divisão internacional do trabalho, na qual as relações de produção das nações periféricas são transformadas ou recriadas para garantir a reprodução ampliada da dependência. Do ponto de vista do centro para a periferia, a participação da América Latina no mercado internacional contribuiu para que o eixo da acumulação dos países imperialistas se desloque da produção da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, de modo que a produção passa a depender muito mais da produtividade do trabalho do que da extensão da exploração do mesmo.

Nas últimas duas décadas, as características da dependência voltam a acirrar as contradições entre um centro produtor de elevada tecnologia e uma periferia, cada vez mais dispersa, produtora de recursos naturais, um padrão de reprimarização produtiva evidenciadas nas maiores economias latino-americanas. Assim, as reformas econômicas globais recentes, nas décadas de 1990 e 2000, basearam-se em acentuada racionalização empresarial que acompanhou o reordenamento macroeconômico do chamado “receituário” neoliberal,⁸ um conjunto de proposições dominantes quanto à reorganização econômica para uma série de economias nacionais que aprofundaram o grau de dependência a ordem hegemônica global, sendo que essas formações econômicas periféricas passaram inclusive por regressões em suas estruturas produtivas, muitas delas, como o Brasil, Argentina, México voltaram a ser basicamente grandes produtores de recursos naturais para exportação.

Do ponto de vista da relação centro-periferia, percebe-se considerável contradição, um “intercâmbio desigual”, pois os países dependentes exportam produtos básicos que não requerem a introdução de tecnologia desenvolvida internamente para expansão da acumulação, onde a produção se fundamenta em mecanismos de superexploração da força de trabalho ou na extração intensiva de recursos naturais.

Assim, as burguesias das economias dependentes frente ao processo de troca desigual encontram no aumento da exploração do trabalho um mecanismo que permite o aumento da massa de valor disponível para a exportação. Vale observar, o

⁸ Para uma minuciosa apreciação do neoliberalismo, conferir Harvey (2008).

“aumento da intensidade do trabalho aparece, nesta perspectiva, com um aumento de mais-valia, conseguida através de uma maior exploração do trabalhador e, não, do incremento de sua capacidade produtiva”.

A superexploração do trabalhador é uma característica essencial da produção nos países dependentes. Pode ser entendida inicialmente pelo fato de que sua produção se determina pela baixa composição orgânica do capital, ao passo que países de base industrial têm composição orgânica mais elevada e crescente, portanto, passam por um processo de queda na taxa de lucro, levando estes últimos a buscarem mecanismos de ampliação da mais-valia como forma de compensar tal queda.

Dadas as condições para submeter o trabalhador a tal situação, pode-se concluir que a execução dos três mecanismos fundamentais de exploração do trabalho – o aumento da intensidade do trabalho, o aumento da jornada e a redução do consumo do operário, além de seu limite normal – têm suas características essenciais, “no fato em que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho (...) [o que significa] que o trabalhador se remunera por baixo de seu valor e correspondem, então, a uma superexploração do trabalho”.

Os elementos condicionantes da dependência provocam uma forte saída estrutural de recursos, acarretando recorrentes problemas de estrangulamento externo e restrições externas ao crescimento. Com isso, a única maneira que a acumulação de capital interna à economia dependente tem para prosseguir seria aumentar a sua produção de excedente, mesmo que uma parcela crescente desse excedente seja apropriada e, portanto, acumulada, externamente, o restante pode sustentar uma dinâmica de acumulação interna, ainda que restringida e dependente.

Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias exprime a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que as mercadorias incorporam. Dessa forma, na prática se observam diferentes mecanismos que permitem realizar transferências de valor passando por cima das leis de intercâmbio e que expressam na maneira como se fixam os preços de mercado.

Nesse contexto, Frank (1973) procurou basicamente demonstrar que o subdesenvolvimento é uma criação e recriação do imperialismo, uma vez que as metrópoles se apropriam sistematicamente do excedente produzido pela exploração

dos trabalhadores da periferia, se apropriando de todo o potencial de acumulação destes últimos. Para Frank, a América Latina tem sua essência centrada no capitalismo, ainda que seja um tipo específico, gerado pelo tipo de colonização europeia que implantou na região um modelo capitalista exportador de produtos primários.

O subdesenvolvimento, para Frank (1973, p.31) não ocorre devido à sobrevivência de instituições arcaicas e à escassez de capital nas regiões que permaneceram isoladas do fluxo da história mundial. Pelo contrário, ele foi e é gerado pelo mesmo processo histórico que gerou também o desenvolvimento econômico: o desenvolvimento do capitalismo. Argumenta ainda que a pesquisa histórica demonstra que o subdesenvolvimento contemporâneo é em grande parte produto histórico das relações econômicas e de outra natureza, passadas e presentes, entre os satélites subdesenvolvidos e os países metropolitanos atualmente desenvolvidos.

É possível distinguir quatro formas históricas de dependência condicionadas, primeiramente, pelas próprias leis de desenvolvimento da economia mundial; pelo tipo de relação econômica dominante nos centros capitalistas e pelos modos como estes se expandem e por fim, por tipos de relações econômicas existentes nos países periféricos que são incorporados à situação de dependência no âmbito da rede de relações econômicas internacionais geradas pela expansão capitalista. As nações latino-americanas se enquadram nessas formas históricas de dependência, com algumas experiências de parcial ruptura e estabelecimento de graus de soberania nacional maior, porém ciclicamente em grande medida retornam a condição periférica estrutural. O caso de Cuba é fundamental pela ruptura radical ocorrida e como o desenvolvimento do processo revolucionário encaminhou um modelo a ser analisado criteriosamente.

A primeira delas seria a dependência colonial, caracterizada pela exportação de produtos in natura e onde o capital comercial e financeiro, associado ao Estado colonialista, dominava as relações econômicas dos europeus e das colônias. A segunda seria a dependência financeiro-industrial que teria se consolidado nas primeiras décadas do século XX, e caracteriza-se pela dominação do grande capital nos centros hegemônicos, cuja expansão acontecia através de estímulo à produção, nos países periféricos, de matérias-primas e produtos agropecuários para consumo próprio. Isto acarretou o desenvolvimento, nos países dependentes, de uma estrutura

produtiva interna dedicada á exportação de tais produtos com rígida especialização produtiva e monocultura em regiões internas.

Os condicionamentos impostos por estas duas formas iniciais de dependência, acarretaram a existência de um mercado interno restrito por quatro fatores: i) maior parte da renda nacional derivava-se da exportação, e é controlado pelo setor exportador. Sendo que no caso cubano é em grande parte estadunidense; ii) a força de trabalho era submetida a várias formas de superexploração, o que limitava sua capacidade de consumo; iii) parcela do consumo desses trabalhadores se dava através da economia de subsistência, que funcionava como um complemento de sua renda e como um refúgio em períodos de depressão econômica; e, iv) uma grande parte do excedente acumulado era remetida ao exterior sob a forma de lucros, limitando não apenas o consumo interno, mas as possibilidades de reinvestimento.

Consolidada nos anos 1950, a terceira forma de dependência, a tecnológico-industrial, baseava-se em corporações multinacionais que começaram a investir e instalar indústrias dentro das economias dependentes visando o mercado interno destes países. Dessa forma, a possibilidade de gerar novos investimentos depende da existência de recursos financeiros em moeda estrangeira para a aquisição de maquinário e matérias-primas não produzidas domesticamente. Esta aquisição está limitada por: i) recursos gerados pelo setor exportador; ii) pelo monopólio de patentes.

A consequência da primeira limitação é a necessidade de preservar o setor exportador tradicional gerador de divisas. A segunda limitação se dá por conta de que o maquinário e os insumos necessários ao desenvolvimento industrial dos países periféricos são produzidos em um mercado internacional altamente concentrado, o que eleva seus preços. Há também a necessidade de pagamentos de royalties para a utilização de produtos e tecnologias patenteadas, ou, na maioria dos casos, as indústrias produtoras convertem esses produtos em capital e os introduzem nas economias dependentes na forma de seus próprios investimentos, através da instalação de filiais. Isto faz com que os fluxos de recursos sejam fortemente desfavoráveis para os países dependentes, o que explica sua escassez de divisas e permanentes crises cambiais.

A quarta forma de dependência se estabelece a partir dos anos 1990, podemos denominá-la de padrão de dependência de especialização produtiva. O processo de globalização, a crise da dívida dos anos 1980 e a dinâmica econômica passiva latino-

americana a partir da década de 1990 aprofundaram as precárias condições de desenvolvimento autônomo de suas economias nacionais, seja pela desnacionalização de segmentos expressivos da indústria, seja pela elevação da vulnerabilidade externa nos principais aspectos a ser considerados: na capacidade produtiva (elevação das Empresas de Controle Externo e maior dependência de investimento externo direto), tecnológica (baixa capacidade de estruturação de um sistema nacional de inovação e baixa dinâmica tecnológica) e financeira (investimentos financeiros, empréstimos e financiamentos).

A América Latina ingressou na segunda década do século XXI marcada pelos sinais de recrudescimento das formas clássicas de dependência, porém constitui um novo padrão de reprodução do capital estabelecido em quase toda região centrado na especialização produtiva de commodities agrícolas e minerais e uma perda crescente de capacidade soberana nacional.

Vale reforçar que todas as formas de dependência correspondem a situações determinadas não apenas pelas relações internacionais desses países, mas também por suas estruturas internas. Assim identificam-se três condicionantes histórico-estruturais da dependência: a superexploração do trabalho, como fator estrutural central da dinâmica de acumulação destas nações; o fator empírico recorrente de perda nos termos de troca, ou seja, a redução dos preços dos produtos exportados pelas economias dependentes em face dos preços dos produtos industriais ou insumos tecnológicos com maior valor agregado importados dos países centrais, em um verdadeiro processo de transferência de valores; por fim, a remessa de excedentes dos países dependentes para os avançados, sob a forma de juros, lucros, amortizações, dividendos e *royalties*.

Na seção seguinte abordamos os aspectos que definem soberania nacional sob o entendimento da teoria da dependência, ressaltando que os limites entre sociedades capitalistas centrais e periféricas se encontra propriamente nas restrições a capacidade de soberania das sociedades dependentes.

3. DEPENDÊNCIA E SOBERANIA RESTRINGIDA NA AMÉRICA LATINA

A economia mundial capitalista tem o caráter de desenvolvimento desigual e combinado, como já formulado por Trotsky (2000), o que se materializa em um padrão internacional de divisão do trabalho na qual a economia mundial se funcionaliza

dividida em três grandes zonas de soberania e de arranjos tecnológicos, geopolíticos e de controle financeiro: o centro, a semiperiferia e a periferia, sendo que essa divisão aparece funcional para garantir a apropriação de mais-valor pelos centros e novos-centros, permitindo o desenvolvimento do capitalismo nas regiões de liderança tecnológica, militar e financeira e o subdesenvolvimento (em condições de dependência) nas regiões de menor progresso tecnológico e subordinação geopolítica financeira.

A economia mundial se estabelece, portanto enquanto diversos circuitos reprodutivos de capital superpostos e integrados, sendo que essa relação é o que constitui a lógica imperialista, por um lado, e de dependência por outro. O que se denomina de soberania nacional deve ser entendido como o maior ou menor grau de autonomia nacional em relação a quatro eixos centrais: tecnológico, financeiro, geopolítico e de reprodução social das populações.

A América Latina está na região espacial periférica de proximidade dos EUA, sendo que em função disso a soberania dos Estados nacionais latino-americanos é extremamente frágil nos quatro pontos centrais que constituem ou determinam a soberania nacional enquanto ordem de poder na divisão internacional do trabalho:

i) Quanto a capacidade de domínio tecnológico e de controle sobre os principais segmentos da reprodução técnica do capital. Neste aspecto, tanto a dependência de plantas industriais transplantadas, quanto pelo fato da não neutralidade da tecnologia e de sua razão antropocêntrica, observa-se uma série de consequências negativas as sociedades latino-americanas, inclusive os aspectos de formação de uma gigantesca superpopulação relativa e as consequências de bolsões de pobreza, desocupação e informalidade.

ii) A maior ou menor influência sobre o circuito financeiro internacional, e como se estabelece as condições de controle nacional sobre seu sistema de crédito e base monetária (conferir TRINDADE, 2017), componente de soberania financeira. Este fator *implica a capacidade, em termos de moeda nacional de conseguir fazer tanto as trocas comerciais internacionais tendo como base sua moeda nacional, como também o controle sobre os fluxos de capitais (Investimento Externo Direto) e as consequentes transferências de rendas (lucros e juros) para os países centrais, no caso da América Latina centralmente para os EUA.*

iii) O controle geopolítico do território e a capacidade de intervenção extraterritorial. Aqui três elementos se integram de um lado o poder militar autônomo que apresenta maior ou menor capacidade de dissuasão de ofensivas de outros Estados beligerantes, o uso autônomo e soberano do território em conformidade aos interesses de um projeto nacional e, por fim, a capacidade de arbítrio e influência na ordem de decisão multilateral internacional (FIORI, 2007). A América Latina apresenta enorme dependência e subordinação neste aspecto, *seja pela incapacidade de se colocar nos acordos multilaterais internacionais, seja pela própria gestão dos seus territórios, em grande medida sujeitos a intervenção do poder imperial estadunidense.*

iv) Por fim, mais central e de grande consequência, os fatores de ordenamento social considerando a qualidade econômica, educacional e de saúde da população, o exercício da cidadania enquanto poder de organização e convívio coletivo, o poder de exercício de interação democrática nas decisões do Estado (OSÓRIO, 2014). Neste aspecto temos que ressaltar que as diferentes condições nacionais de reprodução do capitalismo na América Latina se baseiam em grande medida no que Ruy Mauro Marini de nominou de superexploração do trabalho. Uma das consequências diretas dessa forma de exploração em que a reprodução dos trabalhadores se efetua a uma taxa de salário inferior ao valor da força de trabalho é que a qualidade de vida população é muito precária, submetendo os trabalhadores a uma enorme precarização.

Esses quatro pontos de soberania se expressam na forma como Cuba evoluiu no processo revolucionário e na construção de sua específica formação nacional pós-revolucionária. Isso seguindo a lógica do que ocorre no resto da América Latina, constitui o centro dos aspectos positivos da ruptura revolucionária ocorrida.

Considerando, por exemplo, o caso brasileiro, temos magnificado o sentido da manutenção da dependência e da restrição da soberania nacional: em termos tecnológicos temos uma dependência estrutural aos EUA; no caso financeiro, o sistema de crédito brasileiro constitui um biombo do sistema estadunidense. Visível no chamado sistema de dívida pública, que basicamente funciona como um meio de transferência de riqueza nacional para os controladores externos ou internacionais da dívida, algo em torno de 5% do PIB anual; quanto aos aspectos geopolíticos, plenamente vinculado as relações exteriores do império norte-americano; por fim o aspecto da qualidade de vida, onde a lógica de superexploração do trabalho impõe precárias condições de vida para a maior parte da população brasileira.

Vale denotar que a revolução cubana avançou muito nestes aspectos, rompendo com essa condição própria dos povos latino-americanos, algo visível nos indicadores de qualidade de vida do povo cubano na atualidade e nas condições de gestão soberana do seu território, porém com diversas limitações tecnológicas e financeiras, algo que iremos brevemente analisar na seção final deste texto.

4. A REVOLUÇÃO CUBANA E A RUPTURA COM O PADRÃO HISTÓRICO DE DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANO

Como nos fez lembrar o escritor uruguaio Eduardo Galeano (2010 [1970], p. 346) a “causa nacional latino-americana é, antes de tudo, uma causa social: para que a América Latina possa nascer de novo, será preciso derrubar seus donos, país por país”. A “Revolução Cubana” que após 60 anos mantém seu poder atrativo sobre o imaginário social e histórico latino-americano, se reverteu e se reverte de importância justamente por ser um marco que lembra e reacende periodicamente essa possibilidade como uma condição histórica.

Hobsbawm (1995, p. 231) observou que a “revolução cubana foi tudo: romance, heroísmo, generosidade de sua juventude, um povo exultante (...)”. Na história das últimas seis décadas a revolução cubana representou, sobretudo resistência, persistência e inventividade histórica, sendo que os aspectos de construção de um projeto nacional, com relevância nos fatores de soberania denotados anteriormente nos parece foram centrais na continuidade do processo revolucionário.

A capacidade de manutenção de um projeto nacional definido pela autonomia e construção de uma perspectiva social em oposição ao capitalismo e ao próprio imperialismo estadunidense, tornou a Revolução Cubana um marco para análise de sociedades pós-revolucionárias, seja pela sua permanência (60 anos), seja pelas condições adversas a que foi submetido, pela proximidade do Império, principalmente após a crise e o fim da antiga URSS, com a imposição da nova dinâmica neoliberal capitalista mundial nas últimas décadas.

Vale notar que os revolucionários da “Sierra Maestra” não eram comunistas por mais que simpáticos ao marxismo, sendo que o desenvolvimento do processo revolucionário cubano estabeleceu a aproximação na América Latina da luta anticolonial, representada no poder de mando imperial dos EUA e a possibilidade de

construção de uma ruptura socialista. Como notou Moniz Bandeira (2005, p.201) “não era inevitável que a revolução cubana evoluísse para o stalinismo e sua forma de governo, porém, a URSS afigurou-se (...) como única opção internacional de apoio à defesa da soberania e da autodeterminação de Cuba, vis-à-vis das pressões postas pelos EUA”.

A Revolução Cubana no seu nascedouro e no seu processo de afirmação e continuidade, influenciou e foi influenciada pelo pensamento econômico e sociológico latino-americano, tanto estruturalista quanto dependentista marxista. Como assente Segrera (2009, p.339) “uma das principais consequências da Revolução Cubana na área da América Latina foi contribuir para o florescimento de uma nova ciência social marxista”. A Teoria Radical do desenvolvimento na América Latina, que a Teoria Marxista da Dependência, se nutriu plenamente das contradições e avanços sociais, econômicos e culturais estabelecidos pelo experimento revolucionário na “mayor de las Antillas”.

Cuba foi palco de experimentos importantes do estruturalismo latino-americano, como relata Pericás (2018, p. 43-44) a Comissão Econômica para América Latina da ONU (CEPAL) teve especial influência “nos primeiros momentos da revolução”. Vale destacar que a CEPAL e muito particularmente seus principais formuladores Raul Prebisch e Celso Furtado, estabeleceram uma base crítica própria em termos do funcionamento do capitalismo mundial, a condição centro-periferia amalgamou o pensamento econômico radical latino-americano desde então.

Prebisch (2000, p. 79) já assinalava que a expansão do capitalismo industrial, habilmente demonstrado pela Inglaterra, passou a estimular uma ativa concorrência e comércio “em favor de certas formas características de especialização, que fortaleceram um intercâmbio proveitoso entre os diferentes países” empenhados na produção industrial. E essa “especialização favoreceu o progresso técnico e este permitiu a distribuição de receitas crescentes” entre as economias de base industrial, com estruturas econômicas equivalentes, que obtiveram os clássicos benefícios da divisão internacional do trabalho. Em contrapartida, efeitos contrários eram observados “quando se tratava dos países industrializados frente aos países de produção primária” em razão de suas estruturas produtivas desiguais (PREBISCH, 2000, p. 79).

Como referido por Furtado (1983), a expansão do capital em direção à periferia suscitou duas ordens de problemas para as pretensões de crescimento dessas

economias: a orientação do processo de acumulação e a forma de apropriação dos resultados do crescimento econômico. Essas dificuldades permanecem até hoje nos países periféricos com maior ou menor ímpeto a depender das posições econômicas assumidas para superá-las.

A forma como Cuba se desenvolveu no período anterior a Revolução é muito semelhante ao que se deu em países como Brasil e Argentina. Inclusive pelo peso que na época a economia cubana tinha em relação aos demais países latino-americanos, sendo que sua economia em 1950 era a quarta maior do continente, somente superada por Brasil, Argentina e México. O estabelecimento do departamento de produção de maquinários nunca se deu na ilha, sendo que a exemplo do restante do continente o processo de substituição de importações ficou restrito aos bens de consumo, mantida a condição de produção de açúcar e seu fornecimento ao mercado estadunidense.

Cuba esteve amarrada as duas primeiras formas históricas de dependência, tratadas na segunda seção deste artigo. Valendo notar que as condições de subordinação se deram tanto a Inglaterra, como principalmente a dependência aos EUA. A primeira forma de subordinação se fez até quase fins do século XIX sob a tutela dos regimes colonial espanhol e tutela econômica inglesa⁹. Como nos relatou Galeano (2010 [1970], p. 97), já em 1762 os ingleses se apossam economicamente da ilha e introduzem uma grande quantidade de trabalhadores escravos, “e desde então a economia cubana for modelada pela demanda estrangeira de açúcar”.

O regime escravocrata-colonial de produção açucareira era semelhante ao que se desenvolveu no nordeste brasileiro (Furtado, 2007), seja pela forma produtiva, baseada na escravidão negra, seja pela condição de ser um enclave exportador. Assim, até mesmo o charque, que era um produto convencional na ilha, a partir do final do século XVIII (1792) passou a ser importado, sendo que a “plantação extensiva ia reduzindo a fertilidade dos solos (...) e cada engenho exigia cada vez mais terras”.

O regime extensivo açucareiro absorvia todo trabalho e toda terra, sugando a riqueza da ilha e transformando tudo naquele “ouro branco” exportável, deixando um

⁹ Furtado (2007[1969], p. 426) registra que Cuba, a exemplo de Porto Rico, “permaneceu sob tutela espanhola até os albores do século XX, prolongando-se o período colonial quase um século mais que nas outras áreas latino-americanas”. A mayor de las Antillas foi a última colônia da América Latina a libertar-se da Espanha, em 1898, processo longo que durou 30 anos e teve em José Martí, principal intelectual cubano e um dos mais importantes do continente, seu principal expoente, capaz de mobilizar um amplo movimento de insurreição e independência (ver também AYERBE, 2004).

rastros de infertilidade do solo e de pobreza para sua população, mesmo que constituindo, ao seu lado, uma “sacarocracia” que “deu um polimento em sua enganosa fortuna enquanto sacramentava a dependência de Cuba” (GALEANO 2010 [1970], p. 99).

Essa dependência colonial, centrada na produção e exportação de um único produto e estabelecida com base na escravidão, foi cosmeticamente alterada ao longo do século XIX, com uma crescente influência e controle do capital estadunidense. Como as demais economias dependentes, a forma econômica “hacia afuera” da formação social e econômica cubana pré-revolução, baseada na monocultura açucareira existia conforme duas condições centrais: o ritmo cíclico da economia mundial e sua capacidade de aquisição do açúcar e a capacidade de expansão produtiva pela extensão de terras agriculturáveis, isso por conta de que a mão-de-obra nunca foi um problema nessas economias primário-exportadoras¹⁰.

No caso de Cuba ainda havia um terceiro problema, sua umbilical subordinação ao mercado estadunidense e ao próprio controle do sistema produtivo açucareiro pelos EUA¹¹. Assim, nas vésperas da revolução “Cuba vendia quase todo seu açúcar para os Estados Unidos” e “treze engenhos norte-americanos dispunham de mais de 47% da área açucareira total” (GALEANO 2010 [1970], p. 103).

A segunda forma de dependência enraizou em Cuba a sua condição agrário-exportadora, sendo que os circuitos de produção industrial, centrado nos engenhos de açúcar e no controle financeiro por bancos estadunidenses desenvolveram uma dinâmica em que a lógica da especialização produtiva se tornou a base das relações entre Cuba e EUA.

A chamada teoria ricardiana das vantagens comparativas propugnava os benefícios para uma nação de dispor no comércio internacional de vantagem relativa na produção, ou seja, que a razão entre o trabalho incorporado às duas mercadorias

¹⁰ Como observou FRENCH-DAVIS, R et al. (2009, p. 129) “uma característica historicamente importante do desenvolvimento econômico da América Latina foi a interação entre a estrutura econômica externa e a interna”. De outro modo, a interdependência e os circuitos de subordinação das economias latino-americanas à economia mundo, especialmente seu centro hegemônico estadunidense, constitui marca indelével de sua dinâmica, como ressalta Dos Santos (2011).

¹¹ A intromissão dos EUA em assuntos internos cubanos é de longa data, vale lembrar, como ressaltou AYERBE (2004) que logo após a guerra de independência cubana, em 1902 uma Emenda Constitucional (emenda Platt) é aprovada permitindo aos Estados Unidos exercerem o direito de intervenção no sentido de “preservar a independência cubana”. Com isso, Cuba tornava-se, na realidade, um protetorado dos EUA, a exemplo de Porto Rico.

(tomadas como exemplos tecido e vinho) diferia entre os dois países produtores (tomados como exemplos Cuba e EUA), de modo que cada um deles teria pelo menos uma mercadoria na qual a quantidade relativa de trabalho incorporado (valor) seria maior que a do outro país. Essa vantagem relativa mútua possibilitava, conforme essa lógica, que o comércio internacional distribuisse os benefícios entre as nações, de tal forma que mesmo havendo especialização entre países agrícolas e industriais, não haveria perdas aos países que se dedicassem as atividades menos intensivas em progresso técnico.

Como tratou Furtado (2000, p. 236) essa concepção teórica era menos técnica e mais ideológica, sendo o contrário o que se observa empiricamente: opera no sentido de concentrar a renda nos países industrializados “mediante a deterioração dos termos de intercâmbio dos países especializados”. Assim, “Cuba tinha aptidão para produzir um só produto, e os Estados Unidos, centenas ou milhares” (FURTADO, 2007, p. 433)¹².

Há uma forte interação entre as condições macroeconômicas mantidas pelo modelo primário-exportador e sua dinâmica de dependência aos importadores internacionais. O funcionamento econômico deste tipo de forma de reprodução se dá pela subordinação aos ciclos de elevação e decaimento dos preços internacionais das commodities, assim “face às flutuações da demanda externa, os produtores de açúcar mantinham em reserva grandes quantidades de terra” (FURTADO, 2007, p. 433), o que produzia dois efeitos danosos para sociedade como um todo: a população não tinha acesso às terras para plantio de outras culturas, o que impunha a importação inclusive de bens agrícolas básicos e, ao mesmo tempo, impunha elevado desocupação e incapacidade de geração de renda básica para maior parte da população. Podemos afirmar que há uma relação direta entre essas formas de dependência e a perda de soberania nos aspectos de “condições de vida” e “gestão geopolítica do território”.

A ruptura revolucionária que ocorre em 1959 encontra Cuba sob essa segunda condição de dependência. Como se constitui o processo de “revolução permanente”

¹² Furtado (2007, p.433) recorda que o “Tratado Comercial de Reciprocidade, de 1903, que reduziu as tarifas americanas para o açúcar cubano, assegurou uma situação privilegiada para os produtos dos Estados Unidos no mercado da ilha”. Esse domínio de mercados com base na diversidade produtiva do player dominante sobre a sociedade periférica foi algo marcante nas formas de dependência financeiro-industrial, caminhando para certa, porem somente parcial, alteração na terceira forma de dependência histórica.

em Cuba, algo que vai além da questão da própria gestão do Estado, se relacionando aos aspectos de interação social e de uma forma muito peculiar de “compartilhamento” econômico existente na ilha.

Osório (2012) refere-se, a lógica dos Estados latino-americanos relaciona-se a uma soberania restringida, isso por conta de que a presença da força de atração imperialista dos EUA limita a capacidade de ação e autonomia geopolítica de nossas nações. Convém notar que a revolução cubana tem como veio condutor a luta nacional por independência, ou a busca pelo estabelecimento de certa capacidade de soberania nacional, tendo os aspectos geopolíticos e de ascensão das condições de vida de sua população eixos centrais.

Assim, a soberania considerando os quatro aspectos ressaltados surge como o centro da disputa revolucionária colocada, o que somente se transformará em disputa por modelo de reprodução econômica socialista no momento seguinte, quando ficaram evidentes aos insurrectos que a tutela estadunidense e a manutenção do subdesenvolvimento não eram questões autônomas e sim conjugadas.

O debate em relação a revolução cubana, considerando sua continuidade e ideia de revolução permanente, principalmente na nova conjuntura colocada de acirramento do poder geopolítico estadunidense, de um lado coloca-se o grau como se deu de ruptura com a dependência e expansão dos aspectos de soberania colocados no período anterior (ainda da existência da URSS). O grau de amadurecimento cultural da revolução cubana (o que é isso: as organizações da sociedade e seus níveis de intervenção e auto-organização) poderá fazer com que se desenvolva naquela sociedade um padrão que distancie Cuba da soberania restringida colocada para o resto da América Latina.

A obstinação estava presente na superação de uma condição econômica do bloqueio internacional que poucas nações tinham vivido. Aqui vale lembrar, como fez Hobsbawm (1995, p. 289) que uma “Cuba comunista sobreviveu a setenta milhas de Key West” ou como lembra outro historiador: a proximidade de Cuba com os EUA dava-lhe enorme valor geopolítico quando da disputa na Guerra Fria com a União Soviética (MONIZ BANDEIRA, 2005, p. 202).

Ressalta dois pontos: apesar do apelo ideológico do vizinho continental e sua opulência descarada, a sociedade da ilha suportou e desenvolveu uma contracultura, uma visão em oposição ao comercialismo e a cultura do “tudo se compra” do Mefistófeles San. Porém, também, estabeleceu um modo de viver fundada em certo

tipo de associativismo, preservação do meio-ambiente e de qualidade de vida da sua população que são fatores tão necessários de serem pensados nesta virada irracional do capitalismo mundial.

Cuba detém o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da América Latina, muito a frente da maior parte dos grandes países continentais (México, Brasil, Argentina), sendo que segundo o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), o país caribenho ocupa a 67ª posição mundial entre 188 países, com uma esperança de vida ao nascer de 79 anos e uma escolarização média da população maior de 25 anos de 11,5 anos, que coloca Cuba na 30ª colocação neste quesito entre os 188 países avaliados pela ONU (Organização das Nações Unidas) (conferir: encurtador.com.br/npxM3).

As condições de vida na América Latina expressam indicadores de enorme precariedade e de níveis de desigualdade e pobreza que contrastam fortemente com os indicadores de Cuba. Assim, segundo o Panorama Social da América Latina e Caribe 2019 da Comissão Econômica e Social para a América Latina e Caribe (CEPAL), estima-se que a população vivendo em condições de pobreza cresceu de 164 milhões em 2014 para 191 milhões em 2019, sendo que deste total 72 milhões de pessoas vivem em situação de extrema pobreza (menos de 1 dólar estadunidense de paridade de poder compra de renda por dia). Os indicadores de pobreza são, por sua vez, contrapostos aos indicadores de concentração da renda e da riqueza na região, como pode ser visto nos dados do último relatório da Cepal¹³.

A manutenção do processo revolucionário possibilitou que independente do fim do socialismo real soviético e frente a deplorável condição do poder imperial estadunidense e do seu bloqueio continental que já dura mais de 60 anos, Cuba manteve uma capacidade soberana não restringida e de alcance humanista tanto para seu povo como também para outros povos, como demonstram as ações dos médicos cubanos na recente epidemia do Covid-19.

¹³ No Brasil os “1% mais ricos” concentram 27,5% do total da renda e da riqueza nacionais, no Chile 22,6%, na Colômbia 20,5% e no Uruguai 14%. Conferir: CEPAL, 2019 (encurtador.com.br/ksBF4), último acesso: 25/05/2020.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como nos ensinou Galeano em sua verve líquida e crítica: “qualquer das corporações multinacionais opera com maior coerência e senso de unidade do que este conjunto de ilhas que é a América latina, desgarrada por tantas fronteiras e tantos isolamentos” (p.344). Podemos na atualidade (2003) pensar em três tipologias das formações econômicas e sociais latino-americanas: “em primeiro lugar, a emergência em um novo contexto para a proposta de um capitalismo nacional (...), em “segundo lugar a continuidade das políticas neoliberais” (...) em “terceiro lugar, temos o caso sui generis de Cuba”, um modelo que “subsistiu devido à sua ampla base social, às características da liderança histórica e ao fato de que, no seu caso, fundem-se os temas das reivindicações sociais e da independência nacional diante da ameaça dos Estados Unidos” (SEGRERA, 2009, p. 351-52)

Em *A história me absolverá*, histórica autodefesa de Fidel Castro por ocasião de sua prisão, após a frustrada tentativa de tomar o quartel de Moncada, o futuro líder da revolução afirmou que impediram que chegassem às suas mãos os livros de José Martí, isso por conta de que ele considerava o revolucionário do século XIX o autor intelectual do Movimento 26 de Julho (Castro, 1979, p. 22). Percebe-se, dessa forma, que antes de se tornar socialista, a Revolução Cubana foi um movimento de afirmação da soberania nacional.

Aspecto que julgamos central nesta experiência refere-se a sua resiliência frente ao poder de império norte-americano, em particular após o desmoronamento do socialismo real soviético. Convém lembrar, como nos faz de uma forma melancólica o romancista Padura (2013) que os anos posteriores ao fim da URSS, o chamado “período especial”, foram muito duros e obstinados em toda ilha: “os mais difíceis e fodidos de uma crise total e interminável...”.

No caso de Cuba, os aspectos de esmaecimento geopolítico se tornam muito agudos nos anos pós-fim da URSS, com o acirramento do embargo internacional e da política estadunidense de bloqueio continental. Cuba, porém, obstinadamente se recoloca no jogo geopolítico e econômico internacionais oferecendo serviços médicos extremamente qualificados e com biotecnologia que curiosamente a coloca nesta terceira década do século XXI como uma República Popular soberana e inventivamente inovadora. O futuro parece estabelecer a continuidade da saga de Fidel e Guevara.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA FILHO, Niemeyer. “O debate atual sobre a dependência”. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, 2005, v. 16, p. 32-50.

AMARAL, Marisa Silva. Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. **Tese de Doutorado**- USP, São Paulo, 2012, 147 p.

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora UNESP, 2004. (Coleção Revoluções do século XX).

CANDIDO, Antonio. “Cuba e o socialismo” In: SADER, Emir (Org.) **Por que Cuba?**. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

CASTRO, Fidel. **A história me absolverá**. 3ª ed. São Paulo: Alfa – Omega, 1979.

SANTOS, Theotônio dos. Lições de Nossa História. **Revista Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, nº 30, p. 19-32, outubro 2011.

SANTOS, Theotônio dos. Lições de nossa história. **Revista Sociedade Brasileira de Economia Política**, São Paulo, nº 30, p. 19-32, outubro 2011.

SANTOS, Theotônio dos. The structure of dependence. *American Economic Review*, vol. 60(2), 1970, p. 231-236.

FIORI, José Luiz. **O poder Americano**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

FRANK, Andrew Gunder. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento Latino-americano. In PEREIRA, Luiz (org.). **Urbanização e Subdesenvolvimento**. RJ Zahar, 1973.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana**: formação histórica e problemas contemporâneos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1969] (4º Edição).

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América latina**. Poro Alegre/RS: L&PM, 2010 [1970].

GILPIN, Robert. **A Economia Política das Relações internacionais**. Brasília: Editora da UNB, 2002.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAY, Cristóbal. *Latin American Theories of Development and Underdevelopment*. New York: Routledge, 1989.

MARINI, Ruy Mauro. “**Sobre a dialética da dependência**”. In: TRASPADINI, Roberta;

STEDILE, João Pedro. **Ruy Mauro Marini: Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência (A). In: SADER, E. **Dialética da Dependência**. 1ª edição. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARTINS, C. E. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

NERY, Tiago. Revolução Cubana: 50 anos de resistência e dignidade. In: *Le Monde Diplomatique Brasil* (Acervo Online), 12 de Janeiro de 2009. Acessível em: <https://diplomatique.org.br/revolucao-cubana-50-anos-de-resistencia-e-dignidade/>

OSÓRIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva: estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (Orgs.). **Padrões de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PADURA, Leonardo. **O homem que amava os cachorros**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Che Guevara e o debate econômico em Cuba**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SEGRERA, Francisco López. A Revolução Cubana e a Teoria da Dependência: Ruy Mauro Marini como fundador. In: MARTINS, Carlos Eduardo & VALENCIA, Adrián Sotelo (organizadores). **A América latina e os desafios da globalização: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009. (p. 333-360).

TABLADA PÉREZ, Carlos. **O Marxismo de Che Guevara**. Havana: Ruth Editorial, 2017.

TRINDADE, José Raimundo (Org.). **Agenda de debates e desafios teóricos: a trajetória da dependência e os limites do capitalismo periférico brasileiro e seus condicionantes regionais**. Belém: Editora Paka-Tatu, 2020.

TRINDADE, José Raimundo Barreto. **Crítica da Economia Política da Dívida Pública e do Sistema de Crédito Capitalista: uma abordagem marxista**. Curitiba: Editora CRV, 2017.

TROTSKY, León. **La teoría de la revolución permanente** (compilación). Buenos Aires: CEIP León Trotsky, 2000.

Recebido em: maio de 2022

Aceito em: junho de 2022